

Brasil quer ampliar desconto da dívida externa

ESTADO DE SÃO PAULO

13 ABR 1993

Em Nova York, o governo brasileiro tentará convencer banqueiros a optarem mais pela troca de títulos com desconto do que ao par

José Varella/AE | 26/6/92



Pedro Mallan

"Sou contra a dar um ultimato aos credores"

BRASÍLIA — O governo brasileiro recusou as opções feitas pelos bancos credores privados para a renegociação da dívida de US\$ 44 bilhões e, no dia 19, em Nova York, vai tentar convencer os banqueiros a mudarem suas preferências, exatamente como fez a Argentina.

Diplomaticamente, a recusa foi tornada pública ontem por Pedro Mallan, o negociador oficial da dívida externa, ao deixar claro que o governo não está satisfeito com a preferência dos bancos pelos bônus ao par. Esse tipo de bônus prevê a simples troca de títulos antigos por novos, sem qualquer desconto no valor da dívida. O Brasil, porém, não vai declarar publicamente se aceita ou não as opções feitas pelos bancos, disse Mallan.

As novas condições para a troca de títulos serão discutidas com o comitê pleno dos bancos credores, em reunião marcada para a segunda-feira, dia 19, em Nova York. O comitê é integrado pelos 19 maiores bancos, detentores de cerca de 40% da dívida do Brasil.

Pedro Mallan insistiu em afirmar que não existe prazo para os bancos

fazerem a redistribuição de opções. Eles têm uma cesta de títulos para escolher, com diferentes condições de resgate e taxas de juro.

A data que o Brasil tem é até 30 de novembro para a emissão dos bônus, quando a dívida velha será trocada pela nova — a primeira data prevista no acordo é 31 de julho, mas pode ser estendida até 30 de novembro.

Até essa data, segundo Mallan, o Brasil pode dizer aos bancos que não aceita a opção feita. "Eu sou contra dar um ultimato para 900 credores", afirmou. Na redistribuição voluntária de opções feitas pelos bancos credores, a opção pelo bônus ao par caiu de 63,94% para 59,82%.

Rapidez — Mesmo tendo prazo até quase o final do prazo, Mallan deixou claro que o governo pretende fechar a fase de "implementação do acordo" o mais rapidamente possível. Ele citou como exemplo a renegociação da dívida externa da Argentina, que levou três meses para ser concluída.

No início, a opção dos bancos ti-

nha sido de 85% para o bônus ao par e 15% para o bônus com desconto, preferidos também no caso brasileiro. Depois de uma reunião com o comitê pleno, os bancos optaram por 65% de bônus ao par e 35% de bônus com desconto.

O negociador oficial da dívida externa afirmou que o Brasil dispõe de vários mecanismos para chegar a uma distribuição razoável das opções dos bancos credores. Durante esta semana, Pedro Mallan vai estar em contato com os senadores para os informar sobre o atual estágio das negociações.

Até o dia 8 de abril, a opção dos bancos credores era a seguinte: 59,82% de bônus ao par e 19,52% de bônus com desconto, com o restante distribuído entre as outras cinco alternativas. É pré-condição para o acordo que na época da troca da dívida o Brasil tenha um acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esse acordo, suspenso desde outubro do ano passado, é o outro grave problema que o País enfrenta na área externa. O acordo assinado pelo ex-ministro da Economia Marci-

lio Marques Moreira no ano passado foi suspenso em outubro porque o País deixou de cumprir as metas acertadas com o Fundo.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, admitiu pela primeira vez que o governo examina a possibilidade de pedir dispensa (waiver) do cumprimento desse acordo, para evitar, inclusive, atrasos ainda maiores na conclusão da renegociação com os bancos credores internacionais.